

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001246-38.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título**
Requerente: **Luis Carlos Fernandes**
Requerido: **Mgm Centro de Distribuição e Logística Eireli - Epp**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor se volta contra protesto lavrado em seu nome pela ré sem que houvesse justificativa para tanto.

Alegou que nunca manteve qualquer relação comercial com a ré, de sorte que nada poderia dever à mesma.

Almeja à sustação do protesto e ao ressarcimento dos danos morais que teria suportado.

Já a ré em contestação refutou os fatos articulados pelo autor.

Confirmou que atua no comércio de distribuição de bebidas e que em setembro/2017 o autor fez contato telefônico com o fito de adquirir mercadorias que especificou.

Na ocasião, o autor informou os seus dados pessoais, com aprovação do crédito após análise, sendo a venda cancelada pela não localização do endereço declinado.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Posteriormente, ainda consoante a ré, sucedeu novo contato pelo autor e outro endereço foi fornecido, concretizando-se a entrega das mercadorias.

Como não ocorreu o pagamento correspondente, levou a protesto o título respectivo, mas em decorrência de posterior quitação da dívida emitiu carta de anuência à baixa do protesto.

Não teria, portanto, incorrido em falha alguma.

Assim posta a questão debatida, reputo que tocava à ré a demonstração de que tomou todos os cuidados necessários ao longo do episódio trazido à colação, mas isso não se patenteou com a indispensável segurança.

Com efeito, ela em momento algum precisou quais foram os documentos pessoais do autor que lhe teriam sido informados, o que seria imprescindível para avaliar se obrou com a devida cautela.

Como se não bastasse, não esclareceu também que tipo de análise de crédito teria realizado para aprovar a venda das mercadorias, deixando de atestar em consequência que agiu de maneira diligente.

Por fim, reconheceu que mesmo depois do cancelamento da primeira transação – porque o endereço fornecido para entrega não foi encontrado (a circunstância poderia gerar suspeitas sobre a higidez de quem se apresentava como comprador) – aceitou levar adiante uma nova diante de outra informação a respeito.

A conjugação desses elementos permite concluir que ao menos na espécie vertente a ré não se resguardou como seria de rigor.

Sabe-se que vendas como a noticiada são permeadas de natural informalidade, mas isso não exime os envolvidos de responsabilidades se detectado algum problema.

Foi o que aqui se deu, sendo relevante notar que o autor reside nessa cidade (fl. 11) e é funcionário do Instituto de Química da Universidade de São Paulo *Campus* São Carlos desde 01/02/1982 (fl. 88), nada nos autos levando a crer que tivesse qualquer ligação com a cidade de Jundiaí.

A ré nada coligiu a propósito, inclusive para firmar convicção de que a pessoa com quem teve contato era realmente o autor.

Assim, à míngua de respaldo para a ideia de que a ré tivesse agido com a devida cautela no caso, reconhece-se a irregularidade no protesto que lavrou contra o autor.

É o que basta para a configuração do dano moral passível de ressarcimento ao autor, de acordo com pacífica jurisprudência:

“AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROTESTO INDEVIDO DE TÍTULO. DANO IN RE IPSA, AINDA QUE SOFRIDO POR PESSOA JURÍDICA. SÚMULA 83/STJ.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

1. *Nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica.*

2. *"Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida" (súmula 83/STJ).*

3. *AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO" (STJ, AGRG no AG nº 1261225/PR Relator Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJE 15/08/2011).*

"O protesto indevido decorrente de dívida de responsabilidade do corréu acarreta prejuízo moral, sendo desnecessária a prova do abalo" (TJ-SP, Apelação nº 1010723-62.2016.8.26.0564, 28ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. CESAR LACERDA, j. 27/03/2017).

"Nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral se configura in re ipsa, isto é, prescinde de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica" (STJ - REsp 1.059.663/MS - 3ª Turma - Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI - j. 02.12.2008).

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes (assinalo que não há dados seguros sobre o tema no que toca à capacidade financeira da ré) e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexistência do débito tratado nos autos e para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a decisão de fls. 21, item 1.

Solicite-se desde já a devolução da carta precatória de fl. 100 independentemente de cumprimento.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 22 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**